

ACORDO DE COOPERAÇÃO N.º 02/2026 - SEMA

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA, O MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ E A FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - FAS.

Processo Administrativo SIGED nº 01.01.030101.005670/2025-64

PRIMEIRO PARTÍCIPE: GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**, órgão da Administração Direta do Estado do Amazonas, instituída pela Lei nº 4.163, de 09 de março de 2015, CNPJ nº 05.562.326/0001-26, situada na Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3.280, Parque Dez de Novembro, doravante denominada **SEMA**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente, **EDUARDO COSTA TAVEIRA**, nomeado pelo Decreto Governamental de 02 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas – DOE/AM, edição de nº 34.896, página 04, brasileiro, casado, cientista social, portador da cédula de identidade nº 12999474 SSP/AM e do CPF nº 601.314.622-53, e pela Excelentíssima Senhora Secretária Executiva e Ordenadora de Despesas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, **LUZIA RAQUEL QUEIROZ RODRIGUES SAID**, nomeada pelo Decreto Governamental de 05 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas – DOE/AM, edição de nº 34.899, página 10, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade nº 1356707-1 e do CPF nº 652.603.922-72, ambos podendo ser encontrados na sede desta Secretaria.

SEGUNDO PARTÍCIPE: MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ, com sede na Prefeitura Municipal de Eirunepé, na Rua Intendente José Pedro, nº 244, Centro, Eirunepé, Amazonas, CEP 69.880-000, CNPJ sob o nº 04.190.765/0001-92, neste ato representada por seu titular, a Prefeita **ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES**, brasileira, casada, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 688959-0 SSP/AM, inscrita no CPF sob o nº 201.478.722-00, residente e

domiciliado na Estrada do Aeroporto, S/N, bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP nº 69.880-000, Município de Eirunepé, no Estado do Amazonas, e-mail: gabinete.prefeitura@eirunepe.am.gov.br.

TERCEIRO PARTÍCIPE: FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - FAS, Fundação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF 09.351.359/0001-88 e com sede na Capital do Estado do Amazonas à Rua Álvaro Braga, 351 – Parque 10 de Novembro, neste ato representada por sua Superintendente Geral Adjunta, Sra. **VALCLÉIA DOS SANTOS LIMA**, brasileira, divorciada, Gestora de Políticas Públicas, portadora do documento de identificação nº 2135718, expedido pelo órgão SEGUP/PA, CPF nº 395.540.902-34, residente no município de Manaus, com domicílio à Rua 27, Quadra 170, nº 186, bairro Novo Aleixo, CEP: 69099-110, Manaus/AM, podendo ser encontrada na sede da FAS.

As denominadas Partes resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO (“ACORDO”)**, nos moldes das cláusulas a seguir estipuladas e em conformidade com os preceitos contidos na Lei Federal nº 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei Federal nº 13.204/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto fortalecer e apoiar a realização de ações integradas entre a SEMA e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) no âmbito do Programa Saúde na Floresta, visando estabelecer sinergias entre ambas as instituições, corroborando para a facilitação de ações que garantam o acesso à saúde às populações residentes na Reserva Extrativista do Rio Gregório, conforme especificações estabelecidas no **PLANO DE TRABALHO**, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO:

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no PLANO DE TRABALHO que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

2.2. As partes concordam que futuras oportunidades de parceria em projetos e atividades específicas serão formalizados por meio de Termos Aditivos, anexados ao presente **ACORDO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DOS PARTICÍPES:

- I. Realização de reuniões com o fito de planejar as ações para desempenho das atividades do presente Acordo;
- II. Emitir Relatórios de todas as ações objeto deste Acordo de Cooperação Técnica;
- III. Fornecer informações necessárias à realização das atividades objeto deste Acordo de Cooperação Técnica;
- IV. Divulgar as ações e resultados do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica;
- V. Compartilhar os créditos citando nome e logomarca dos partícipes em todas as ações e produtos resultantes da execução deste Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo Único. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES:

4.1. Objetivando a operacionalidade deste Termo de Cooperação Técnica e observadas suas disposições legais, competem aos órgãos as seguintes responsabilidades:

- **PRIMEIRA PARTICÍPE – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA:**
 - I. Estabelecer um coordenador do projeto no quadro da SEMA que garanta, como ponto focal da Cooperação, a facilitação da execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado;
 - II. Avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos e ações desenvolvidas atreladas ao Plano de Trabalho;

- III. Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos e ações estipuladas por esta Cooperação.
 - IV. Supervisionar e autorizar a instalação da benfeitoria na Unidade de Conservação Estadual, que está sob a sua jurisdição.
 - V. Autorizar a operacionalização da benfeitoria pela Prefeitura Municipal, com vistas às atividades exclusivas de saúde.
 - VI. Autorizar a operação, a manutenção e o funcionamento da infraestrutura, permitindo a entrada dos profissionais que prestarão os serviços e dos materiais permanentes e de consumo necessários à operação, assim como os insumos hospitalares e medicamentos.
- **SEGUNDO PARTÍCIPE – MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ**
 - I. Receber a estrutura física para fins exclusivos de atendimento de saúde à comunidade onde estiver instalada e àquelas em seu entorno.
 - II. Garantir a operação, manutenção e funcionamento da infraestrutura e dos equipamentos entregues, incluindo a alocação de profissionais de saúde habilitados e vinculados à rede municipal do SUS para o atendimento à população local, bem como a provisão contínua dos materiais permanentes, de consumo, insumos hospitalares e medicamentos necessários à adequada prestação dos serviços de saúde.
 - III. Assegurar a participação de seus profissionais nos processos de capacitação e treinamentos necessários para a operação oferecidos pela Terceira Partícipe.
 - IV. Disponibilizar à Primeira e à Terceira Partícipe os dados e informações necessários ao planejamento, monitoramento e avaliação das atividades conjuntas, bem como dos resultados da operacionalização da infraestrutura de saúde, incluindo indicadores de saúde observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
 - V. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva da estrutura física (benfeitoria/pontos de atendimento à saúde), bem como pela sua conservação.
 - VI. Preservar e atuar no bom uso dos equipamentos e mobiliários doados para atendimento no ponto de apoio à saúde, bem como sua manutenção.
 - VII. Em caso de descontinuidade das atividades pela Segunda Partícipe, a Primeira e/ou a Terceira Partícipe poderão, de forma excepcional e previamente formalizada, adotar medidas de contingência limitadas ao apoio técnico ou operacional, visando à

continuidade mínima dos serviços de saúde. Tais medidas dependerão de manifestação expressa sobre disponibilidade técnica e orçamentária da parte envolvida, bem como de instrumento específico que defina responsabilidades e custeio, sem implicar assunção de obrigações financeiras ou permanentes.

- **TERCEIRA PARTÍCIPE – FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - FAS**
 - I. Realizar, com recursos próprios ou oriundos de instrumentos de cooperação formalmente celebrados, os investimentos em ativos fixos destinados à melhoria ou ampliação do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mediante a construção da benfeitoria (estrutura física) com especificações técnicas e ambientais adequadas ao uso como ponto de atendimento à saúde, em caráter de apoio e fortalecimento institucional, sem envolvimento na execução direta dos serviços de saúde, sem transferência de encargos operacionais e sem qualquer implicação fundiária.
 - II. Apoiar a Secretaria Municipal de Saúde de Eirunepé na implementação de processos voltados à melhoria da gestão e ao aprimoramento operacional dos serviços públicos de saúde, por meio de plano de assessoramento técnico e fortalecimento institucional, elaborado e executado em cooperação entre as Partícipes, sem ingerência na execução direta ou na gestão administrativa dos serviços de saúde.
 - III. Disponibilizar à Segunda Partícipe o acesso à Plataforma de Telessaúde, exclusivamente para fins de agendamento dos atendimentos presenciais, teleatendimentos e teleconsultorias, sem ônus permanente e sem transferência de obrigações de manutenção, suporte técnico contínuo ou custeio operacional à Terceira Partícipe, salvo previsão expressa em termo aditivo ou plano específico.
 - IV. Apoiar, de forma complementar, capacitações ou suporte técnico eventual para o uso do ponto de atendimento à saúde, se houver previsão em planos específicos aprovados pelas partícipes.
 - V. Observar as diretrizes ambientais durante a execução das obras, garantindo que não haja intervenções em áreas de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa ou quaisquer ações que possam causar danos ambientais. O licenciamento ambiental e as autorizações de uso do terreno deverão ser providenciados pela entidade detentora da posse ou titularidade da área.

- VI. Concluir a construção da benfeitoria necessária à consecução do objeto deste Acordo no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados da assinatura deste instrumento, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa formal e aceitação expressa das demais partícipes, nos casos de força maior, condições climáticas adversas, exigências legais ou ambientais supervenientes, ou outros fatores alheios à vontade da Terceira Partícipe.
- VII. Efetuar, após a conclusão da obra, a entrega formal da benfeitoria à Segunda Partícipe, por meio de termo de cessão ou de doação com cláusula resolutiva de reversibilidade, resguardando-se a titularidade e o uso adequado do bem ao fim público pactuado, observadas as formalidades legais e estatutárias aplicáveis à Terceira Partícipe.
- VIII. Atuar como responsável exclusivamente pela disponibilização da infraestrutura física e da Plataforma de Telessaúde, sem envolvimento direto na operação dos serviços de saúde, nas condutas profissionais, nos atendimentos clínicos ou no tratamento de dados pessoais decorrentes das atividades.
- IX. A responsabilidade pela execução das ações e serviços de saúde, pela qualidade dos atendimentos e pela guarda e tratamento de dados pessoais é integral e exclusiva da Segunda Partícipe, cabendo à Terceira Partícipe apenas o acompanhamento técnico e institucional de resultados, sem qualquer ingerência nas rotinas administrativas ou assistenciais.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

5.1. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da celebração do presente Termo, a **PRIMEIRA PARTÍCIPE** designará formalmente, mediante portaria, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do Termo.

Parágrafo Primeiro. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir receber solicitações, marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Parágrafo Segundo. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 03 (três) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS:

6.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Termo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

6.2. Os serviços decorrentes do presente Termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes deste Acordo poderão ser custeadas por conta de projetos, programas, bem como por conta da disponibilidade orçamentária, dos partícipes, quer no que se refere à interveniência de suas equipes técnicas, quer no uso de seu material e equipamentos, respeitada a legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS HUMANOS:

7.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Termo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Termo e por prazo determinado.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação Técnica é de 07 (sete) meses, contados a partir de março a setembro de 2026, podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos de acordo com a vontade dos partícipes ou por quem os suceder.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO:

9.1. O presente Termo poderá ser alterado com a concordância das partes, mediante Termo Aditivo, desde que não altere seus objetivos.

9.2. O presente Acordo poderá ser automaticamente rescindido, total ou parcialmente, mediante comum acordo entre as Partícipes, ou unilateralmente, observadas as hipóteses e condições a seguir estabelecidas:

- I. O distrato deverá ser formalizado por escrito, enviada por e-mail, mediante notificação prévia de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, assegurando-se a continuidade mínima das atividades e a execução das medidas necessárias à regularização, transição ou encerramento das ações em curso, quando aplicável.
- II. Por inadimplemento contratual, desídia, ou descumprimento das obrigações pactuadas, após notificação formal da Parte inadimplente, concedendo-se prazo de 30 (trinta) dias para manifestação e adoção das medidas saneadoras, sob pena de rescisão unilateral.
- III. Pela prática, por qualquer das Partícipes, de atos comprovadamente lesivos à imagem, ao patrimônio, à idoneidade institucional ou à finalidade pública deste Acordo, desde que apurados formalmente e assegurado o direito de defesa.
- IV. Pela ocorrência de caso fortuito, força maior ou impossibilidade técnica ou operacional que impeça a continuidade das atividades, desde que demonstrada por relatório técnico circunstanciado e deliberada conjuntamente pelas Partícipes, com a adoção de medidas de contingência e transição que assegurem, quando possível, a manutenção dos serviços e a integridade dos bens e estruturas implantadas.
- V. Pelo descumprimento injustificado das cláusulas ou obrigações estabelecidas neste Acordo, desde que previamente notificada a Parte inadimplente e transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem adoção das providências corretivas cabíveis, sem prejuízo das demais disposições previstas nesta Cláusula.
- VI. A rescisão, em qualquer hipótese, deverá ser formalizada por meio de notificação oficial encaminhada ao endereço eletrônico institucional e protocolada junto às demais Partícipes, observando-se o prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos, salvo nos casos de distrato consensual, em que se observará o prazo de 60 (sessenta) dias. Eventuais danos ou prejuízos decorrentes da rescisão deverão ser apurados em

- conjunto pelas Partícipes, mediante relatório técnico e contábil, não podendo haver imposição unilateral de indenização.
- VII. A rescisão motivada por inexecução involuntária, decorrente de caso fortuito, força maior ou impossibilidade técnica devidamente comprovada e comunicada às demais partícipes, não ensejará direito a indenização, devendo ser observados os procedimentos de transição e encerramento previstos neste instrumento.
 - VIII. A rescisão deverá ser formalizada por termo próprio, contendo relatório circunstanciado das atividades executadas, prestação de contas final (quando aplicável) e indicação do destino dos bens, equipamentos e materiais adquiridos no âmbito deste Acordo.
 - IX. A Terceira Partícipe (Fundação) não poderá ser responsabilizada por danos, custos ou obrigações posteriores à data de rescisão, exceto se comprovado dolo ou má-fé em sua atuação.
 - X. O encerramento do Acordo não eximirá as Partícipes das obrigações pendentes até a data efetiva da rescisão, devendo ser respeitados os prazos legais e contratuais para conclusão das atividades administrativas, financeiras e contábeis, bem como para a apresentação dos relatórios finais de execução.
 - XI. A rescisão deste Acordo implicará o encerramento das atividades de cooperação técnica entre as Partícipes, observados os prazos e procedimentos de transição definidos na Cláusula anterior.
 - XII. A prestação de contas final deverá ser apresentada pela Parte responsável pela execução técnico-financeira das ações, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data efetiva da rescisão, devendo conter relatório circunstanciado das atividades realizadas, documentos comprobatórios de despesas, saldo remanescente, bens adquiridos e demais informações pertinentes.
 - XIII. Em caso de rescisão unilateral ou motivada, a Parte que lhe der causa responderá por eventuais danos materiais comprovadamente decorrentes de sua conduta, observando-se o contraditório e a apuração conjunta pelas demais Partícipes.
 - XIV. A rescisão não prejudicará a validade dos atos regularmente praticados durante a vigência do Acordo, devendo ser preservados os direitos adquiridos e a integridade dos registros e informações produzidas no âmbito da cooperação.
 - XV. Fica vedada à Terceira Partícipe a assunção de obrigações financeiras ou administrativas remanescentes de responsabilidade exclusiva das demais Partícipes,

limitando-se sua atuação às providências técnicas e administrativas indispensáveis ao encerramento e à prestação de contas das ações sob sua execução direta.

XVI. As Partícipes comprometem-se a cooperar mutuamente no processo de encerramento, assegurando que a descontinuidade do Acordo não cause prejuízo à continuidade dos serviços públicos de saúde, nem comprometa a integridade dos recursos, bens ou informações geradas no âmbito desta parceria.

Parágrafo Primeiro: A rescisão deverá ser feita mediante comunicação por e-mail, devendo serem apurados eventuais danos decorrentes da Rescisão, para efeito de indenização pela Parte que tiver dado causa.

Parágrafo Segundo: A rescisão por inexecução involuntária de qualquer das partes não ensejará indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AVALIAÇÃO:

10.1. A SEMA e a FAS deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

11.1. A SEMA deverá publicar extrato do Termo de Cooperação Técnica na Imprensa Oficial, conforme art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROPRIEDADE DOS PRODUTOS RESULTANTES DO ACORDO:

12.1. Os créditos relativos à propriedade intelectual pela execução e elaboração dos produtos oriundos deste Acordo deverão ser atribuídos a ambas as partes, de acordo com suas atribuições no trabalho.

12.2. Na divulgação dos produtos objeto deste Acordo, uma das Partes se compromete a citar a outra quando figurar como proprietária intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INTEGRIDADE, ANTICORRUPÇÃO E COMPLIANCE

13.1. Os partícipes declaram ciência e comprometem-se a observar integralmente as normas da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), do Decreto nº 11.129/2022, da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), e demais legislações correlatas de prevenção à fraude, corrupção e má gestão de recursos públicos.

13.2. É expressamente vedada, a qualquer dos partícipes, de seus dirigentes, empregados, representantes ou prepostos, a prática de atos que possam configurar:

- a. promessa, oferta, concessão ou recebimento de vantagem indevida, de qualquer natureza, a agentes públicos ou a terceiros a eles relacionados, com o intuito de influenciar atos ou decisões administrativas;
- b. fraude em procedimentos de contratação, execução ou prestação de contas;
- c. omissão dolosa de informações ou manipulação de documentos relativos à execução do objeto deste Acordo;
- d. utilização de recursos, bens ou serviços para fins distintos daqueles previstos neste instrumento.

13.3. A Terceira Partícipe compromete-se a manter controles internos de integridade, idoneidade e rastreabilidade de despesas, devendo adotar procedimentos de compliance compatíveis com a natureza e o volume dos recursos eventualmente recebidos ou geridos, inclusive treinamento de sua equipe e registro documental das ações preventivas realizadas.

13.4. O Primeiro e o Segundo Partícipes, por seus órgãos competentes, poderão realizar auditorias, visitas técnicas, diligências ou outras ações fiscalizatórias destinadas a verificar o cumprimento das disposições desta cláusula e a conformidade da execução com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

13.5. Qualquer dos partícipes que tiver ciência de fato que possa configurar irregularidade, ato de corrupção, fraude ou infração às normas de integridade deverá comunicar imediatamente aos demais signatários, bem como, quando cabível, aos órgãos de controle e fiscalização.

13.6. Comprovada a prática de ato enquadrado nas hipóteses do item 7.2, ou a omissão dolosa na comunicação de irregularidades, o presente Acordo poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação prévia, sem prejuízo da apuração de responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis, e da restituição de eventuais valores públicos utilizados de forma irregular.

13.7. Os partícipes comprometem-se, ainda, a preservar a confidencialidade das informações obtidas em razão da execução deste Acordo e a observar, quando aplicável, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), especialmente no tratamento de dados pessoais de beneficiários ou colaboradores.

13.8. Os partícipes comprometem-se a assegurar a transparência ativa das ações e resultados decorrentes deste Acordo, mediante ampla divulgação das informações de interesse público, observadas as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), da Lei nº 13.019/2014 e das normas locais de publicidade institucional.

13.9. A Terceira Partícipe deverá manter, em local visível e em meio eletrônico de fácil acesso, informações atualizadas sobre:

- a. o objeto, metas e resultados alcançados neste Acordo;
- b. a equipe técnica envolvida e suas atribuições;
- c. os relatórios de execução técnica e financeira, após sua aprovação pelos órgãos competentes;
- d. eventuais repasses, bens ou serviços recebidos do poder público.

13.10. Todos os partícipes comprometem-se a garantir condições para o exercício do controle social, por meio da disponibilização de informações completas e tempestivas, bem como pelo

incentivo à participação de conselhos, comitês ou instâncias comunitárias de acompanhamento e fiscalização da execução.

13.11. As prestações de contas deverão refletir fielmente as ações executadas, observando-se os princípios da legalidade, moralidade, eficiência, economicidade e boa-fé, sendo vedada a omissão de informações, a duplicidade de registros ou qualquer conduta que possa comprometer a integridade dos dados apresentados.

13.12. Eventuais dúvidas ou inconsistências detectadas nas informações publicadas deverão ser esclarecidas pelos partícipes em prazo razoável, mediante comunicação formal e registro nos relatórios de acompanhamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As Partes declaram e garantem mutuamente que cumprem toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, comprometendo-se a tratar os dados classificados como pessoais e pessoais sensíveis, coletados por meio deste instrumento para a sua execução e somente nos estritos limites aqui previstos, como controlador de dados pessoais ou por meio de seus operadores, nos termos da lei aplicável; ou com o devido embasamento legal, sem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado pelo titular dos dados, por este ou outro instrumento ou, ainda, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou em caso de decisão judicial que obrigue o fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

15.1. As Partícipes reconhecem a importância do princípio da hierarquia de mitigação de riscos, especialmente quanto à antecipação, prevenção, minimização e mitigação de impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades objeto deste Acordo, comprometendo-se com a proteção do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais e a adoção de

procedimentos de segurança, em conformidade com a legislação aplicável e com o Código de Conduta, os Princípios de Ética e Vida Sustentável da FAS.

15.2. As Partes declaram e garantem que as operações e entregas relacionadas a este Acordo estarão em conformidade com o que for aplicável e mais rigoroso entre os (i) regulamentos e leis estaduais ou nacionais; (ii) licenciamentos ou autorizações incidentes.

15.3. Cada Partícipe, bem como seus representantes, agentes e funcionários, compromete-se a zelar pelo cumprimento da legislação ambiental, social e trabalhista, inclusive por parte de suas subcontratadas e principais fornecedoras. Sempre que aplicável, as Partícipes deverão garantir a cobertura de seguro de vida para os profissionais designados em atividades que envolvam deslocamentos intermunicipais.

15.4. Para monitorar o cumprimento desta Cláusula, as Partícipes reconhecem o Mecanismo de Queixas e Manifestações (MQM) da FAS, integrante do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS/FAS), como canal oficial para registro, avaliação e tratamento de queixas, manifestações, denúncias e sugestões relacionadas à execução deste Acordo.

15.4.1. O MQM é alimentado por canais de denúncia que asseguram o registro documentado, a confidencialidade das informações, o tratamento diligente e a preservação do anonimato, quando solicitado, incluindo o canal Contato Seguro e demais meios indicados pela FAS.

15.4.2. Esta previsão não implica responsabilização solidária ou subsidiária da FAS por atos, omissões ou falhas de terceiros, nem por eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior. Cada Partícipe responderá exclusivamente pelos danos oriundos de seus próprios atos ou omissões, observada a legislação aplicável.

15.5. As Partícipes comprometem-se a manter mecanismos internos de controle, monitoramento e verificação da integridade de fornecedores e subcontratados, bem como a adotar medidas corretivas imediatas sempre que identificadas inconformidades ambientais, sociais ou trabalhistas.

15.6. Na ocorrência de impactos adversos ou incidentes relevantes — ambientais, sociais ou trabalhistas — constatados diretamente ou reportados por meio do MQM, as Partícipes deverão, em conjunto, elaborar plano de ação corretiva, com etapas de análise, mitigação e comunicação, assegurando um processo participativo e transparente, sem prejuízo da responsabilização individual de cada entidade pelos atos sob sua gestão.

15.7. As Partícipes deverão implementar as medidas de mitigação de riscos ambientais e sociais previstas em eventuais avaliações de impacto e nos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS), incluindo ações de prevenção à exploração e abuso sexual, à violência de gênero e a qualquer forma de discriminação ou violação de direitos humanos.

15.8. O cumprimento dos requisitos sociais e ambientais será acompanhado pela PRIMEIRA PARTÍCIPE, que consolidará as informações em relatórios semestrais de monitoramento, os quais subsidiarão auditorias e avaliações de desempenho. Tal acompanhamento não exime as demais Partícipes de suas obrigações de reporte e conformidade.

15.9. As Partícipes reconhecem e se comprometem a observar o Anexo I – Fluxo de Atendimento do MQM / SGAS, que estabelece os procedimentos detalhados para registro, apuração, tratamento e acompanhamento de queixas, manifestações, denúncias e sugestões relacionadas à execução do Acordo, garantindo rastreabilidade e auditabilidade dos processos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Todas as comunicações relativas ao presente Acordo serão consideradas regularmente feitas e entregues se enviadas por e-mail, para os endereços indicados pelas Partícipes, salvo disposição diversa acordada formalmente entre elas.

16.2. Não constituem inadimplência os casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Art. 393 e seu Parágrafo Único do Código Civil Brasileiro.

16.3. As cláusulas e condições pactuadas neste Acordo poderão ser alteradas a qualquer tempo mediante assinatura de termo aditivo, assinado pelos representantes legais autorizados das Partícipes, mantendo-se o objeto do presente instrumento.

16.4. O presente Acordo obrigará as Partes, seus representantes legais e sucessores, sendo vedada a cessão de direitos e obrigações a terceiros sem prévia anuência por escrito da Terceira Partícipe, de modo a resguardar a integridade e a finalidade do programa objeto deste Acordo.

16.5. Em caso de divergências quanto à interpretação deste Acordo ou à execução de suas obrigações, ou na identificação de lacunas, as Partes buscarão solução fundamentada nos princípios da boa-fé, equidade, razoabilidade e economicidade, preenchendo lacunas com estipulações que reflitam, presumivelmente, a vontade das Partes no momento da celebração.

16.6. Se qualquer cláusula deste Acordo vier a ser considerada nula ou inexequível, tal invalidade não afetará a validade e eficácia das demais cláusulas, que permanecerão plenamente vigentes e aplicáveis na melhor forma de direito.

16.7. A omissão de qualquer Partícipe, em qualquer tempo, de exigir o cumprimento de qualquer disposição deste Acordo não afetará seu direito de exigir tal cumprimento posteriormente, nem a tolerância quanto a eventual descumprimento constituirá renúncia, perdão ou novação de tal disposição ou de quaisquer outras deste instrumento.

16.8. Na eventualidade da reversibilidade da doação prevista no item 2.3.7, a Primeira e a Terceira Partícipe avaliarão a conveniência e oportunidade para nova doação da benfeitoria à Primeira Partícipe, garantindo-se a continuidade da execução do objeto do Acordo.

16.9. Em situações de crise ou eventos relevantes com potencial repercussão pública, as Partes deverão atuar de forma coordenada, estabelecendo previamente procedimentos de comunicação conjunta à imprensa, plano de mídia, responsabilização pública e manutenção de sigilo durante investigações internas ou externas.

16.10. O cumprimento dos requisitos sociais e ambientais pelas Partícipes será acompanhado pela Primeira Partícipe, com base em informações disponibilizadas pelas demais, por meio de relatórios semestrais de acompanhamento e relatório anual consolidado, que subsidiarão processos de auditoria e avaliação de resultados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS:

17.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:


18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Manaus/Amazonas como foro competente para dirimir quaisquer dúvidas e litígios oriundos do presente Termo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que apresente;

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Cooperação Técnica que segue em 03 (três) vias, de igual teor e valor jurídico, na presença das testemunhas que o subscreveram para todos os efeitos legais.

Manaus, 02 de março de 2026.



EDUARDO COSTA TAVEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE -
SEMA



LUZIA RAQUEL QUEIROZ RODRIGUES SAID
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO
E ORDENADORA DE DESPESAS - SEMA

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ

VALCLÉIA DOS SANTOS LIMA
SUPERINTENDENTE GERAL ADJUNTA DA
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

ACORDO DE COOPERAÇÃO N.º 02.2026 - SEMA - 005670_2025_64-EIRUNEPÉ.pdf

Documento número #08194f56-015d-435a-a273-6961b2f3cb15

Hash do documento original (SHA256): 33a6ea26a40ca647bce41af5c290dcd5ce8376ba223f2047ac04128bdc665c1a

Assinaturas

✓ **Áurea Maria Ester Alves Marques**

CPF: 201.478.722-00

Assinou em 02 mar 2026 às 17:02:28

✓ **Valcleia Lima**

CPF: 395.540.902-34

Assinou em 02 mar 2026 às 17:03:51

Log

- 02 mar 2026, 12:31:39 Operador com email adm.psf@fas-amazonia.org na Conta 1eedd189-1947-4328-a8f9-9fe41a00ef3b criou este documento número 08194f56-015d-435a-a273-6961b2f3cb15. Data limite para assinatura do documento: 01 de abril de 2026 (12:31). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 02 mar 2026, 12:33:47 Operador com email adm.psf@fas-amazonia.org na Conta 1eedd189-1947-4328-a8f9-9fe41a00ef3b adicionou à Lista de Assinatura: valcleia.lima@fas-amazonia.org para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Valcleia Lima.
- 02 mar 2026, 12:33:47 Operador com email adm.psf@fas-amazonia.org na Conta 1eedd189-1947-4328-a8f9-9fe41a00ef3b adicionou à Lista de Assinatura: gabinete.prefeitura@eirunepe.am.gov.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Áurea Maria Ester Alves Marques.
- 02 mar 2026, 17:02:28 Áurea Maria Ester Alves Marques assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail gabinete.prefeitura@eirunepe.am.gov.br. CPF informado: 201.478.722-00. IP: 179.60.172.155. Componente de assinatura versão 1.1393.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 02 mar 2026, 17:03:51 Valcleia Lima assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail valcleia.lima@fas-amazonia.org. CPF informado: 395.540.902-34. IP: 179.191.235.82. Componente de assinatura versão 1.1393.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

02 mar 2026, 17:03:52

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 08194f56-015d-435a-a273-6961b2f3cb15.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 08194f56-015d-435a-a273-6961b2f3cb15, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.